

Participação de transgêneros no esporte divide opiniões na Câmara

Divergências de opinião marcaram o primeiro debate da Câmara sobre transgêneros no esporte. A audiência pública foi promovida em cinco de junho pela Comissão do Esporte, que futuramente vai analisar três projetos de lei (PLs 2200/19, 2596/19 e 2639/19) que estabelecem o sexo biológico como único critério para a definição do gênero em competições esportivas oficiais no Brasil. As propostas surgiram após reclamações de alguns atletas quanto ao desempenho de Tiffany Abreu, do Sesi-Bauru, na Superliga feminina de vôlei.

Tiffany, que iniciou a carreira no masculino, fez a transição de gênero a partir de 2012 e hoje está devidamente registrada para as disputas femininas da Confederação Brasileira de Vôlei. Doutorando em educação física e autor de artigos sobre o tema, Rafael Marques minimizou a suposta vantagem corporal das atletas transgênero em competições de mulheres.

"A priori, não existe van-

tagem por conta do sexo. É muito difícil a gente falar de vantagem no campo esportivo porque a gente fala de corpo. No naipe masculino, sempre haverá homens que vão levar vantagem entre si: mais alto, mais baixo, mais forte, menos forte. Entre as mulheres, a mesma coisa. Por que ninguém questiona a supremacia africana nas provas de corrida? Por que ninguém questiona o Michael Phelps na natação? Mesmo nos próprios naites, a gente tem as diferenças fisiológicas se legitimando".

Ex-técnico da seleção masculina e supervisor da seleção feminina de vôlei, o atual diretor-executivo da CBV, Radamés Lattari Filho, afirmou que o caso Tiffany passou pelo crivo do comitê médico da confederação e está de acordo com as normas do Comitê Olímpico Internacional. No entanto, Lattari alertou que as regras internacionais estão em reformulação e poderão levar em conta as especificidades de cada modalidade esportiva.

Os palestrantes lembraram que, até 1966, algumas mu-



Reynaldo Lima/CESPO

Comissão discute participação de transgêneros no esporte

lheres chegaram a ser submetidas à banca médica para avaliação de genitália antes das competições. Posteriormente surgiram os testes laboratoriais com cromossomos, que chegaram a barrar diversas atletas. As regras atuais foram adotadas pelo COI a partir de 2015 e se baseiam principalmente no nível de testosterona, o hormônio masculino, no corpo da atleta.

Como já existem regras internacionais sobre o tema, a representante da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, Natália Vasconcelos, avalia que esse tipo de debate é "retrogrado" e está "superado".

"Estou aqui muito triste de ver, mais uma vez, essa Casa discutindo a exclusão social das pessoas trans, a exclusão do esporte. Não tem embasamento científico algum que

refute o estudo científico que foi feito pelo Comitê Olímpico Internacional".

Já o organizador do debate e autor de um dos projetos de lei (PL 2596/19) sobre o tema, deputado Julio Cesar Ribeiro (PRB-DF), negou qualquer tipo de preconceito na discussão e disse que o foco está na busca de "justiça" entre os competidores.

"Entramos com esse projeto justamente por entender que está havendo algumas desigualdades no esporte. Em nenhum momento, a gente está discutindo aqui o sexo de ninguém. Também respeito o gênero de qualquer pessoa. O que estamos debatendo aqui é a questão do transgênero no esporte: se é legal ou não, se é viável ou não".

Reportagem:
José Carlos Oliveira (Rádio Câmara)





Hugo Leal comenta o legado olímpico

Deputado Hugo Leal (PSD-RJ)

Na última década o Brasil recebeu grandes eventos esportivos, dentre eles as Olimpíadas que foram realizadas no Rio de Janeiro. O que isso trouxe de benefícios para o país na área esportiva?

Do ponto de vista esportivo, os benefícios trazidos pelos Jogos Olímpicos Rio 2016 foram muito limitados. Tivemos avanços como o Programa Bolsa Atleta, que, entretanto, é focado nos atletas de alto rendimento de esportes olímpicos e paralímpicos, e também uma maior participação das Forças Armadas no esporte. Entretanto, isso não foi acompanhado por investimentos que levassem a uma massificação do esporte que é o que realmente levaria o país a um outro patamar esportivo como aconteceu em tempos recentes com a Coreia do Sul e a Austrália. Como costume dizer, investiu-se muito na “festa” e esqueceu-se da rotina pós festa, as contas estão chegando.

O que o senhor acha do legado deixado para o seu estado?

A cidade do Rio de Janeiro teve, sem dúvida, grandes benefícios com a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, principalmente em termos de mobilidade urbana e infraestrutura. O metrô foi ampliado, foram criadas novas linhas de BRT (ônibus articulado em linha exclusiva) e o VLT (bonde moderno) foi instalado no Centro. Parte degradada do porto foi revitalizada e, apesar de ainda ter problemas, certamente será um legado para a cidade. Sem dúvida, houve problemas nas obras - muitos, ainda, inclusive sob investigação - mas vejo um saldo positivo na realização dos Jogos Olímpicos no Rio.

A Autoridade de Governança do Legado Olímpico vai ser extinta em 30 de junho. Como o senhor vê essa transição sem definição da nova gestão?

Na verdade, a Autoridade de Governança do Legado Olímpico

Reynaldo Lima/CESPO



AGLO) não cumpriu até hoje sua missão de providenciar destino adequado para as estruturas da Rio 2016. Ficaram sob responsabilidade do governo federal basicamente o parque olímpico da Barra e o centro olímpico de Deodoro - as outras instalações já existiam e estão sendo usadas. A ideia básica era a concessão

para a iniciativa privada, mas isso não andou. O parque olímpico da Barra, que deveria ser um legado para a cidade, está praticamente abandonado. Não existem competições e há uma gestão compartilhada que não funciona. Espero que a concessão para a iniciativa privada, que parece ser o melhor modelo, realmente se concretize.



Eleita a Subcomissão dos Jogos e Apostas Online

A Subcomissão dos Jogos e Apostas Online da Comissão do Esporte realizou em 19 junho reunião para a eleição do presidente e do vice. A presidência da Subcomissão Especial vai ser exercida pelo deputado Evandro Roman (PSD/PR), enquanto a vice será ocupada por Domingos Neto (PSD/CE).



Aprovado parecer sobre ranking universitário

A Comissão do Esporte aprovou o parecer do deputado Luiz Lima ao projeto do deputado Hélio Lopes (PL 805/2019) que institui o Ranking Nacional Esportivo das Instituições de Ensino Superior Brasileiras. Segundo o projeto, a pontuação nas competições esportivas deve ser levada em conta nas avaliações periódicas das instituições de ensino superior.

Membros da Comissão do Esporte – CESPO

Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE), **1º Vice-Presidente:** Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS), **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis (MDB/SE) e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm (PP/RS). **Membros:** Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PR/PRB/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN Afonso Hamm PP/RS; Bosco Costa PL/SE; Carlos Chiodini MDB/SC; Celina Leão PP/DF; Célio Silveira PSDB/GO; Domingos Neto PSD/CE; Dr. Luiz Ovando PSL/MS; Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS; Dr. Zacharias Calil DEM/GO; Evandro Roman PSD/PR; Edilázio Júnior PSD/MA; Fábio Mitidieri PSD/SE; Gutemberg Reis MDB/RJ; Hugo Leal PSD/RJ; Fabio Reis MDB/SE; Nereu Crispim PSL/RS; Fernando Monteiro PP/PE; Professor Alcides PP/GO; Hélio Leite DEM/PA; Vavá Martins PRB/PA; Helio Lopes PSL/RJ; Isnaldo Bulhões Jr. MDB/AL; José Rocha PR/BA; Julio Cesar Ribeiro PRB/DF; Luiz Lima PSL/RJ; Marcelo Moraes PTB/RS; Marcelo Aro PP/MG; Raimundo Costa PR/BA; Roberto Alves PRB/SP. Bloco PDT/PODE/SOLIDARIEDADE/PCdoB/PATRIOTA/CIDADANIA/PROS/AVANTE/PV/DC André Figueiredo PDT/CE; Alex Manente PPS/SP; Renildo Calheiros PCdoB/PE; Boca Aberta PROS/PR; Fábio Henrique PDT/SE; Flávia Moraes PDT/GO. Bloco PT/PSB/PSOL/REDE Felipe Carreras PSB/PE; Airton Faleiro PT/PA; Aiel Machado PSB/PR; Alexis Fonteyne NOVO/SP.

Deputada sugere grupo permanente para combater doping no esporte

Para a coordenadora geral da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, Adriana Taboza, o objetivo do controle de dopagem é garantir que as competições sejam realizadas de forma justa, com igualdade entre seus participantes.

Ela informou que, nos últimos três anos, o órgão realizou campanhas educativas para 223 mil atletas, familiares, treinadores e outras pessoas envolvidas no treinamento e acompanhamento das competições. Além disso a entidade mantém um laboratório no Rio de Janeiro para a realização dos exames antidoping.

O representante da Organização Nacional das Entidades de Desporto, Humberto Panzetti, chamou a atenção para a dificuldade que as entidades ligadas aos esportes não olímpicos têm no acesso a exames antidoping, que custam em média dois mil reais, dificultando assim a análise dos atletas nas competições.

“Pra uma entidade pequena num esporte que não tem as fontes de receitas essas estão fadadas a não fazer e, muitas vezes, estão sendo crucificadas por isso. Nós estamos vendo olha, mas aquela modalidade não testa, mas não temos nenhuma fonte de receita, não há nenhum amparo do setor público e pior estamos caindo na questão da marginalidade.”

O médico Eduardo de Rose alertou para os riscos à saúde causados pelo uso de anabolizantes. Referência brasileira no mundo no combate ao doping, de Rose afirmou que é preciso realizar campanhas ostensivas sobre os prejuízos no uso desses produtos, uma vez que a prática tem se disseminado por todo o país. Ele lembrou que os efeitos são diferentes em homens e mulheres, mas nos dois casos causam grandes prejuízos à saúde do usuário.

“As escolas secundárias, as pesquisas mostram que já há um



Reynaldo Lima/CESPO

Audiência pública discute doping esportivo

uso de anabólicos para ter um físico mais bonito que possa sensibilizar uma garota. A gente vai para as academias e vê um uso muito importante de anabólicos em virtude dessa busca moderna desse físico perfeito, a gente vê nos esportes recreativos muito uso e a gente também vê em esporte profissional que é praticamente o único local que a gente detecta o uso do doping.”

A deputada Flávia Moraes, do PDT goiano, afirmou que a discussão é importante principalmente no fisiculturismo onde a forma muscular garante pontos para os atletas.

“Nós estamos aqui encampando essa discussão na Câmara e vamos estar aí através de um grupo de trabalho permanente junto com essas entidades que estão preocupadas para avançar no sentido de trazer uma segurança maior para muitos jovens que não conhecem o mal que o uso indiscriminado dessas substâncias pode trazer para a sua saúde a curto e a longo prazo.”

O presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness, Maurício de Arruda, afirmou que a confederação vem tomando providências para coibir o uso de anabolizantes e outras drogas pelos fisiculturistas.

Maurício de Arruda destacou que a confederação mudou a arbitragem e novas categorias de competição foram criadas como forma de garantir um ambiente de competição mais saudável. Mas, ele reconhece que ainda existem campeonatos que são realizados no Brasil por entidades que não atendem às determinações de combate ao doping.

Reportagem: Karla Alessandra (Rádio Câmara)

CBF apresenta na Câmara o projeto Gol do Brasil

Em audiência pública na Câmara dos Deputados (4/6) os projetos sociais da CBF foram apresentados para a Comissão de Esportes. A CBF foi representada por Diogo Netto, Gerente de Desenvolvimento Técnico, Responsabilidade Social e Sustentabilidade, e por Eliana Mutchnik, Coordenadora de Projetos de Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

A sessão foi conduzida pelo presidente da Comissão do Esporte da Câmara, o deputado federal Fábio Mitidieri (PSD-SE). “O futebol é uma paixão nacional e essa audiência é importante porque faz com que a gente tenha uma visão de um outro lado da CBF, que cuida do futebol do país como um todo”.

Ronaldo Lima, representante da Secretaria Especial do Esporte, afirma que o projeto Seleção do Futuro, em parceria com a CBF, já apoia núcleos com 200 crianças cada. “Isso tende a se multiplicar,

estamos engajados e apoiando a CBF nessa iniciativa”.

Diogo Netto valorizou a oportunidade da CBF se apresentar na Câmara dos Deputados. “Fomos convidados pela Comissão do Esporte para apresentar o CBF Social e seus projetos, especificamente o Gol do Brasil. Foi importante porque recebemos propostas e sugestões que vão aproximar a CBF e o Parlamento”.

Com informações da assessoria da CBF





Atividade física: uma importante aliada da saúde preventiva

Reynaldo Lima/CESPO

Deputado Felipe Carreras (PSB-PE)



Os valores do esporte brasileiro são indiscutíveis. Além de transformar vidas, gerar oportunidades e mudar o futuro de muita gente, a prática esportiva gera benefícios significativos para a saúde e qualidade de vida da população. Uma caminhada no parque, a corrida de domingo, um passeio de bicicleta, um treino de musculação ou a prática de alguma atividade nas famosas academias ao ar livre são fundamentais para estabelecer o conceito de saúde preventiva, priorizando a prevenção como forma de garantir uma sociedade mais saudável.

Infelizmente, o cenário atual do Brasil causa preocupação. Os níveis de obesidade estão aumentando consideravelmente e o sedentarismo já atinge cerca de 50% da população brasileira. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), um em cada quatro adultos são sedentários. Como combater o alto índice? O País precisa investir em prevenção!

A OMS recomenda 150 mi-

nutos semanais de atividade física leve ou moderada, cerca de 20 minutos por dia, ou, pelo menos, 75 minutos de atividade física de maior intensidade por semana. Portanto, investir em exercícios físicos aliados a alimentação saudável pode reduzir o risco de diversas doenças crônicas como hipertensão, doenças cardíacas, acidente vascular cerebral, diabetes, câncer de mama e de cólon e depressão.

A urgência do investimento em prevenção foi fator motivador para a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Preventiva, na Câmara dos Deputados. Chamada de SaúdePrev, a Frente surgiu como um novo espaço de debate onde a grande missão é defender a atividade física, alimentação adequada e buscar estratégias que reduzam os índices de sedentarismo e elevem o bem-estar dos brasileiros.

Outra responsabilidade da SaúdePrev está relacionada com a valorização dos traba-

lhadores envolvidos na área. Profissionais de educação física, nutrição, fisioterapia ou quaisquer outros agentes que atuem em defesa da saúde pública merecem o reconhecimento por seu trabalho em favor da qualidade de vida da população.

Mais um passo importante será dado com a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Esporte, em 3 de julho, para debater e incentivar a prática esportiva no país. Es-

porte também é saúde e, com certeza, os temas caminharão juntos em benefício do povo brasileiro.

Não restam dúvidas de que a prática esportiva é uma arma eficaz para a promoção da saúde, uma vez que diminui o risco de doenças sérias, melhora a qualidade de vida, promove a socialização e garante o bem-estar das pessoas. Chegou o momento de o Brasil cuidar da causa e não só da consequência. É sempre 'melhor prevenir do que remediar'!



III Concurso de Artigos Científicos da Comissão do Esporte

Informações sobre regulamento, premiação e inscrições:
www.camara.leg.br/cespo

Dúvidas?
(61) 3216-6356
concurso.cespo@camara.leg.br

Comissão do Esporte



Expediente

Presidente: Fábio Mitidieri [PSD/SE]; **1º Vice-Presidente:** Danrlei de Deus Hinterholz [PSD/RS]; **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis [MDB/SE] e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm [PP/RS]. **Secretário-Executivo:** Lindberg Aziz Curç Júnior. **Corpo Técnico:** Alessandra Muller Vidal Guerra, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa, Victor Souza da Silva, Gilson Vasconcelos Dobbin e Reynaldo Barbosa Lima. **Texto:** Gustavo Valadão. **Diagramação:** Patrícia Weiss.

Endereço da Comissão do Esporte: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, sala 2, térreo. Telefones (61) 3216-6351/52/53/54

Email: cespo.decom@camara.leg.br

Endereço eletrônico: camara.leg.br/cespo